

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Administração e Conselho de Administração da
Associação Pró-Dança
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Pró-Dança ("Entidade ou Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como o resumo das principais políticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Pró-Dança em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram examinadas por nós, no qual emitimos relatório em 18 de janeiro de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O conselho de administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.





Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Esmir de Oliveira
Contador CRC 1 SP 109628/O-0

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018		Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.845	3.700	Contas e títulos a pagar		63	174
Contas a receber	6	860	257	Obrigações trabalhistas e encargos sociais		5	19
Depósitos para recursos judiciais (ISS)	7	10.821	-	Provisões trabalhistas e encargos	12	538	488
Adiantamentos		184	132	Recursos de lei de incentivos fiscais	13	1.483	140
Estoques	8	123	91	Adiantamentos		379	-
Despesas antecipadas		59	66	Honorários advocatícios a pagar	7	388	-
		16.892	4.246	Receita antecipada do contrato de gestão	14	2.494	3.141
				Obrigações com o Estado (ISS recuperado contrato de gestão)	7	10.433	-
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisão para demandas judiciais	15	7.518	17.346
Depósitos para recursos judiciais	9	7.526	17.353	Receita antecipada do contrato de gestão	14	5.030	3.383
Aplicações financeiras vinculadas	10	5.030	3.314	Obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	14 / 16	128	406
		12.556	20.667	Outras receitas antecipadas		782	-
Ativo permanente vinculado ao contrato de gestão				Patrimônio líquido			
Imobilizado líquido	11	102	360		17	13.458	21.135
Intangível líquido	11	26	46	Patrimônio social		335	222
		128	406			335	222
Total do ativo		29.576	25.319	Total do passivo e patrimônio líquido		29.576	25.319

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INES VIEIRA
BOGEA:514174306
30

Assinado de forma digital por
INES VIEIRA
BOGEA:51417430630
Dados: 2020.04.13 18:00:12
-03'00'

Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística
CPF 514.174.306-30

Rogério Geriah Paganatto
CRC 1SP 131987/O-2
CPF 129.306.908-60

JOSE GALBA DE
AQUINO:11983540
382

Assinado de forma digital por
JOSE GALBA DE
AQUINO:11983540382
Dados: 2020.04.13 17:39:42
-03'00'

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Receitas operacionais			
Receitas do contrato de gestão	18	11.470	10.499
Receitas financeiras	19	1.166	1.243
Receitas de atividades próprias	20	2.913	3.561
Gratuidade - serviços voluntários		20	11
Receitas de atividades mercantis		31	10
		15.599	15.324
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	21	(8.306)	(8.118)
Atividades artísticas	22	(3.901)	(3.772)
Divulgação e comunicação		(220)	(455)
Despesas administrativas e gerais	23	(1.161)	(949)
Gratuidade - serviços voluntários		(20)	(11)
Manutenção e operação predial		(113)	(115)
Impostos, taxas e contribuições		(622)	(649)
Despesas financeiras	24	(751)	(870)
Depreciações e amortizações		(330)	(348)
Custos de atividades mercantis		(39)	(15)
Baixa de imobilizado		(23)	-
		(15.486)	(15.302)
Recuperação ISS - processo de imunidade	7	10.821	-
(-) Honorários advocatícios	7	(388)	-
(-) ISS recuperado transferido para o contrato de gestão	7	(10.433)	-
		113	23

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INES VIEIRA
BOGEA:51417430630
630
Assinado de forma digital por
INES VIEIRA
BOGEA:51417430630
Dados: 2020.04.13 17:58:20
-03'00'

Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística
CPF 514.174.306-30

Rogério Gerlah Paganatto
CRC 1SP 131987/O-2
CPF 129.306.908-60

JOSE GALBA DE AQUINO:11983540382
Assinado de forma digital por JOSE GALBA DE AQUINO:11983540382
Dados: 2020.04.13 17:49:30 -03'00'

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Superávit líquido do exercício	113	23
Total do resultado abrangente	113	23

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INES VIEIRA
BOGEA:514174306
30

Assinado de forma digital por
INES VIEIRA
BOGEA:51417430630
Dados: 2020.04.13 17:57:21
-03'00'

Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística
CPF 514.174.306-30

Rogério Gerlach Paganatto
CRC 1SP 131987/O-2
CPF 129.306.908-60

JOSE GALBA
DE
AQUINO:11983
540382

Assinado de forma
digital por JOSE
GALBA DE
AQUINO:11983540382
Dados: 2020.04.13
17:48:25 -03'00'

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

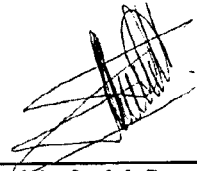
	Patrimônio social	Fundo de reserva	Fundo de contingência	Superávits líquidos/(déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	199	-	-	-	199
Superávit líquido do exercício	-	-	-	23	23
Transferência do superávit acumulado	23	-	-	(23)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	222	-	-	-	222
Superávit líquido do exercício	-	-	-	113	113
Transferência do superávit acumulado	113	-	-	(113)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	335	-	-	-	335

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INES VIEIRA
BOGEA:51417
430630

Assinado de forma
digital por INES VIEIRA
BOGEA:51417430630
Dados: 2020.04.13
17:59:02 -03'00'

Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística
CPF 514.174.306-30


Rogério Gerlah Paganatto
CRC 1SP 131987/O-2
CPF 129.306.908-60

JOSE GALBA DE
AQUINO:11983
540382

Assinado de forma digital
por JOSE GALBA DE
AQUINO:11983540382
Dados: 2020.04.13
17:40:25 -03'00'

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Superávit líquido do exercício	113	23
Itens que não afetam o caixa		
(+) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(27)	11
(+) Depreciações e amortizações	331	348
(+) Provisão para demandas judiciais	(9.828)	1.328
(+) Baixa de imobilizado	23	-
Superávit líquido do exercício ajustado	(9.389)	1.709
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+/-) Variação nas contas patrimoniais		
(+) Diminuição de contas a receber	(576)	(147)
(+) Diminuição de depósitos para recursos judiciais (ISS)	(10.821)	-
(+) Diminuição de adiantamentos - ativo	(52)	(95)
(+) (Diminuição)/aumento de estoques	(31)	4
(+) Aumento de despesas antecipadas	6	76
(+) Aumento/(diminuição) de depósitos para recursos judiciais	9.827	(1.327)
(+) Diminuição de aplicações financeiras vinculadas	(1.716)	(215)
(+) (Diminuição)/aumento de contas e títulos a pagar	(111)	68
(+) Diminuição de obrigações trabalhistas e encargos	(13)	15
(+) Aumento de provisões trabalhistas e encargos	50	176
(+) Aumento de recursos de lei de incentivos fiscais	1.343	21
(+) Aumento/(diminuição) de adiantamentos - passivo	379	(10)
(+) Aumento de honorários advocatícios a pagar	388	-
(+) Aumento de receita antecipada do contrato de gestão	1.000	634
(+) Aumento de obrigações com o Estado (ISS recuperado contrato de gestão)	10.433	-
(+) (Diminuição) de obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	(278)	(279)
(+) Aumento de outras receitas antecipadas	782	-
	10.610	(1.081)
(=) Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	1.222	628
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(77)	(68)
(=) Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	(77)	(68)
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.145	560
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.700	3.140
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.845	3.700
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.145	560

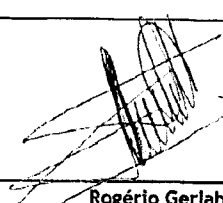
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INES VIEIRA
BOGEA:514174306
30

Assinado de forma digital por
INES VIEIRA BOGEA:51417430630
Dados: 2020.04.13 17:56:34
-03'00'

Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística
CPF 514.174.306-30

JOSE GALBA
DE
AQUINO:1198
3540382


CRC 1SP 131987/O-2
Assinado de forma digital por JOSE GALBA DE AQUINO:11983540382
Dados: 2020.04.13
17:44:30 -03'00'

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1. Objetivos sociais

A Associação Pró Dança (“Associação”), também denominada Pró Dança, inscrita no CNPJ sob o nº 11.035.916/0001-01, fundada em 23 de junho de 2009, é uma Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e apartidária, tem por finalidades apoiar, incentivar, assistir, desenvolver, preservar e promover a cultura, a arte, a educação e a assistência social, cujo funcionamento rege-se pelo seu Estatuto Social, conforme artigo 5º, parágrafo primeiro e pelas normas legais e regulamentos que lhe são aplicáveis.

A Associação Pró-Dança foi qualificada como Organização Social (O.S.), conforme processo publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 31 de outubro de 2009.

2. Contrato de Gestão

A Associação Pró-Dança (Contratada) firmou novo Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014) com o Governo do Estado de São Paulo (Contratante), por meio da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), pelo período de cinco anos, a partir de 1º de dezembro de 2014, e tem por objetivo administrar, supervisionar e gerenciar a São Paulo Companhia de Dança, garantindo a preservação e divulgação do equipamento do governo (São Paulo Companhia de Dança) e suas finalidades em estreita consonância com a política da Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura (UDBL) e com diretrizes do Estado, na figura da Secretaria da Cultura. Para fomento e execução do contrato, seria repassada a importância global de R\$ 91.524. Para o exercício de 2014, a Contratante repassou à Contratada um total de R\$ 1.319.

Em 09 de junho de 2015, foi firmado o 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Para fomento e execução do contrato, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 90.248. Para o exercício de 2015, a Contratante repassaria à Contratada um total previsto de R\$ 14.557. Para os demais exercícios repassaria um total de R\$ 17.021 (2016), R\$ 18.297 (2017), R\$ 19.670 (2018) e R\$ 19.383 (2019).

Até o final do exercício de 2015, a Contratante havia repassado à Contratada um total de R\$ 11.965, restando um saldo a haver de R\$ 2.592. Em 31 de dezembro de 2015, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo Decreto nº 61.776 que trata de crédito suplementar de R\$ 500, que foi efetivado em 06 de janeiro de 2016.

Em 20 de junho de 2016 foi firmado o 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (contrato nº 001/2014), onde a Contratante se comprometeu a repassar à Contratada a importância global de R\$ 84.635, sendo que para o exercício de 2016 ficou estipulado um repasse de R\$ 13.500 e para os demais exercícios repassará os valores acima citados. No ano de 2016, o valor efetivamente recebido pela Contratada foi de R\$ 13.500.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Em 13 de fevereiro de 2017, foi firmado o 3º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Para fomento e execução do Contrato, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 76.838. Para o Exercício de 2017, a Contratante repassara à Contratada um total previsto de R\$ 10.500. Para os demais exercícios repassará um total de R\$ 19.670 (2018) e R\$ 19.383 (2019). No ano de 2017, a Contratante repassou à Contratada um total de R\$ 10.500.

Em 05 de julho de 2018, foi firmado o 4º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Para fomento e execução do Contrato, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 67.443. Para o Exercício de 2018, a Contratante repassara à Contratada um total previsto de R\$ 10.275.

Em 14 de setembro de 2018, foi firmado o 5º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Foi acordado um acréscimo de R\$ 72, vindo a totalizar o montante de recursos para 2018 no valor de R\$ 10.347. Desta forma, fica acordada o repasse da importância global de R\$ 67.516.

Em 31 de outubro de 2018, foi firmado o 6º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Diante ao ofício UDBL nº 92/2018 de 01 de outubro de 2018, que comunicou o descontingenciamento de recursos no valor de R\$ 525, vindo a totalizar o montante de recursos para 2018 no valor de R\$ 10.872. Desta forma, a Secretaria da Cultura se obriga por esse contrato a repassar à Associação Pró-Dança o montante de R\$ 68.041.

Em 04 de Outubro de 2019, foi firmado o 7º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014), diante do cenário econômico nacional dos últimos anos, houve a necessidade de adequação das despesas com a supressão de recursos para o exercício de 2019, no montante de R\$ 9.541. Desta forma, o valor a ser repassado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa para a Contratada para o exercício de 2019, será um total R\$ 9.841 e importância global de R\$ 58.499.

Em 01 de dezembro de 2019, a Associação Pró-Dança (Contratada) firmou novo Contrato de Gestão (Contrato nº 01/2019) com o Governo do Estado de São Paulo (Contratante), por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SEC), pelo período de cinco anos, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2019, e término em 30 de novembro de 2024. Para fomento e execução do contrato, será repassada a importância global de R\$ 56.557. Este valor poderá ser alterado, com o consequente ajuste nas metas convencionadas, por meio de termo aditivo, em razão a disponibilidade orçamentaria do Estado ou de comum acordo entre as partes. Para o exercício de 2019, o valor será proveniente da transferência de saldo da conta fundo de reserva do CG nº 001/2014 no montante de 875 (parcela única). Também, por meio de transferência de 52 deste mesmo Fundo de Reserva e CG nº 001/2014, será a composição do fundo de reserva previsto na cláusula 7ª, parágrafo sétimo, alínea "b" do Contrato CG nº 001/2019.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Em 27 de dezembro de 2019, foi firmado o 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2019) onde foi acordado um acréscimo de R\$ 2.395 vindo a totalizar o montante de recursos para 2019 o valor de R\$ 3.269. Desta forma, fica acordada o repasse da importância global de R\$ 58.952.

Em 31 de dezembro de 2019, a Associação possui saldo de R\$ 2.494 (R\$ 3.141 em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$ 462 referente ao Contrato nº 001/2014, e R\$ 2.032 referente ao Contrato nº 001/2019, registrados no passivo circulante, a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a Entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação.

3. Apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade Sem finalidade de Lucros, combinada com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade da manutenção do contrato de gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva no dia 04 de fevereiro de 2020, apreciada por esta auditoria independente e será submetida ao Conselho de Administração.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídos na Nota Explicativa nº 15 - Provisão para demandas judiciais.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes, a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas e outros créditos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar. A Associação não transaciona com empréstimos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Associação são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

b. Apuração do superávit/(déficit)

Os recursos provenientes do contrato de gestão são reconhecidos como receitas observando o regime de competência. A receita decorrente de doações e patrocínios a projetos culturais aprovados de acordo com a Lei Rouanet, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

As receitas de atividades próprias (serviços prestados) são reconhecidas no resultado em função da sua realização. As receitas relativas às doações ou contribuições voluntárias são registradas quando do recebimento financeiro ou físico, momento em que são consideradas realizadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As despesas e as demais receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

c. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Associação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

O valor da provisão para créditos duvidosos foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

d. Adiantamentos

Refere-se a créditos com funcionários provenientes de valores de folha de pagamento cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte.

e. Estoques

Os estoques constantes do balanço referem-se a livros produzidos pela Associação, que estão avaliados pelo custo de aquisição, e não superam os preços de mercado.

f. Despesas antecipadas

Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (vale transporte e vale alimentação/refeição) a serem distribuídos aos colaboradores, bem como pagamento de prêmios de seguros e outras despesas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte, e estão representados pelo seu valor nominal.

g. Depósitos judiciais

Refere-se a depósitos que visam suspender a exigibilidade de ações judiciais trabalhistas e ações da COFINS e do ISS, incidentes sobre as receitas próprias e as receitas decorrentes do contrato de gestão, e estão vinculados às obrigações no passivo não circulante. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

h. Aplicações financeiras vinculadas

Os saldos de aplicações financeiras vinculados a reservas de capital estão classificados no ativo não circulante e estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

i. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Gratuidade - serviços voluntários

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade, a partir do exercício social de 2015, passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da Administração.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Até 31 de dezembro de 2019, a Entidade reconheceu o montante de R\$ 20 mil de receita com trabalho voluntário.

l. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

m. Demonstração do fluxo de caixa

A Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Recursos próprios		
Bancos conta movimento (a)	334	223
	<u>334</u>	<u>223</u>
Contrato de Gestão nº 001/2014		
Caixa	50	5
Bancos conta movimento (a)	424	2.157
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	137	1.175
	<u>611</u>	<u>3.337</u>
Contrato de Gestão nº 001/2019		
Bancos conta movimento (a)	1.926	-
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	491	-
	<u>2.417</u>	<u>-</u>
Leis de Incentivos Fiscais		
Bancos conta movimento (a)	886	51
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	597	89
	<u>1.483</u>	<u>140</u>
	<u>4.845</u>	<u>3.700</u>

- (a) Os saldos "Bancos conta movimento" são representados, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha (Banco do Brasil e Banco Itaú S/A);
- (b) As aplicações referem-se a cotas de fundo de investimentos principal referenciado DI e classificado como caixa e equivalentes de caixa por possuir liquidez imediata e pelo fato de a Administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com a necessidade de caixa da Associação. O fundo acompanha as variações diárias da taxa de juros do CDI ou da taxa SELIC, mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimentos. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras da Associação não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Composição das aplicações financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Contrato de Gestão nº 001/2014 Banco do Brasil - Fundo de Investimento	137	1.175
Contrato de Gestão nº 001/2019 Banco do Brasil - Fundo de Investimento	491	-
Lei de Incentivo Fiscal Banco do Brasil - Fundo de Investimento	597	89
	<u>1.225</u>	<u>1.264</u>

6. Contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Clientes - apresentações	860	64
Clientes - bilheterias e assinaturas	-	100
Outros	-	120
(-) PECLD	-	(27)
	<u>860</u>	<u>257</u>

A movimentação das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) no período encerrado em 31 de dezembro de 2019, está demonstrada a seguir:

Descrição	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(27)
Baixas	27
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>

7. Depósitos para recursos judiciais (ISS)

	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos Judiciais - ISS a Recuperar	10.821	-
	<u>10.821</u>	<u>-</u>

Refere-se aos depósitos judiciais do ISS sobre as receitas auferidas que estavam sendo discutido judicialmente, e com sentença favorável à Associação. Embora tenha ocorrido o trânsito em julgado em dezembro de 2019, a liberação dos valores em depósito judicial, R\$ 10.821, ainda depende de despacho do juízo de primeiro grau. Além disso, a Associação destinará parte do valor aos honorários de êxito devido aos advogados R\$ 388. O reflexo desses lançamentos se dá nas obrigações com o Estado relacionadas ao ISS recuperado do contrato de gestão, R\$ 10.433, após, sem efeito, os valores transitarem pelo resultado do exercício.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

A destinação deste valor é um tema que vem sendo discutido com o Conselho de Administração e com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. O Conselho de Administração estuda destinar estes valores para a constituição de fundo de capital em benefício da SPCD ou para a construção, reforma ou adaptação de teatro para a Companhia. Convém que, antes de se baixar a provisão, a proposta de destinação destes valores seja apresentada à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

8. Estoques

	31/12/2019	31/12/2018
Livros	107	69
Sapatilhas	-	22
Estoque em poder de terceiros	91	91
(-) Perda estimada com estoque de baixo giro	(75)	(91)
	<u>123</u>	<u>91</u>

9. Depósitos para recursos judiciais

	31/12/2019	31/12/2018
Depósito judicial - COFINS	6.758	6.097
Depósito judicial - ISS	-	10.259
Depósito judicial - Trabalhista	768	997
	<u>7.526</u>	<u>17.353</u>

O montante atualizado de R\$ 7.526, em 31 de dezembro de 2019, suporta as provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 15), em caso de decisão judicial desfavorável à Associação.

10. Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2019	31/12/2018
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (i)	774	1.093
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (ii)	4.256	2.221
	<u>5.030</u>	<u>3.314</u>

- (i) Fundo de reserva: constituído como exigência do Contrato de Gestão nº 001/2019, de acordo com o Parágrafo Sétimo, item (b) da Cláusula Sétima do primeiro termo de aditamento assinado em 27 de dezembro de 2019, equivalente a 6% dos valores a serem repassados no primeiro ano de contrato no valor de R\$ 12.895;
- (ii) Fundo de Contingência: como exigência do Contrato de Gestão nº 001/2019, de acordo com o Parágrafo Sétimo, da Cláusula Sétima, item (c) do primeiro termo de aditamento bem como em atenção ao disposto no artigo 1º do Decreto nº 54.340, de 15 de maio de 2009, o fundo será composto de 2,84% do valor global repassado pela contratante, o que corresponde a R\$ 1.673.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Os valores depositados no Fundo de Reserva só poderão ser utilizados pela Associação Pró-Dança na hipótese de atrasos dos repasses por parte da SEC, condicionado à aprovação do Conselho da Administração, conforme Parágrafo Sétimo da Cláusula Sétima, letra (b).

Os valores depositados no Fundo de Contingência só poderão ser utilizados pela Associação Pró-Dança por deliberação de $\frac{3}{4}$ dos seus membros, e do Secretário da Cultura e Economia Criativa. No final do contrato, eventual saldo financeiro remanescente na conta de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção com que foi constituído.

Os recursos vinculados, registrados na rubrica de aplicações financeiras vinculadas, ativo não circulante, possuem como contrapartida a Rubrica Contábil "Receita antecipada do contrato de gestão", no passivo não circulante.

11. Imobilizado e intangível líquidos

a) Composição

	Custo	Depr. Acum	Líquido 31/12/2019	Líquido 31/12/2018
Instalações	15	(15)	-	3
Moveis e utensílios	214	(213)	1	38
Maquinas, aparelhos e equipamentos	556	(536)	20	112
Instrumentos musicais	1	(1)	-	1
Condicionadores de ar	108	(108)	-	20
Equipamentos de informática	331	(251)	80	102
Cessão de uso de software	153	(126)	27	46
Bens móveis	456	(456)	-	84
	<u>1.834</u>	<u>(1.706)</u>	<u>128</u>	<u>406</u>

b) Movimentação

	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Instalações	15	-	-	15
Moveis e utensílios	212	2	-	214
Maquinas, aparelhos e equipamentos	552	10	(6)	556
Instrumentos musicais	1	-	-	1
Condicionadores de ar	108	-	-	108
Equipamentos de informática	297	57	(23)	331
Cessão de uso de software	145	8	-	153
Bens móveis	456	-	-	456
	<u>1.786</u>	<u>77</u>	<u>(29)</u>	<u>1.834</u>
Depreciações e amortizações	(1.380)	(331)	6	(1.706)
	<u>406</u>	<u>(255)</u>	<u>(23)</u>	<u>128</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

12. Provisões trabalhistas e encargos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para férias	395	359
Encargos sociais sobre provisões de férias	143	129
	<u>538</u>	<u>488</u>

13. Recursos de lei de incentivos fiscais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Projeto		
PRONAC 163595 - Lago dos Cisnes	-	89
PRONAC 184819 - Plano Bi-Anual	1.483	51
	<u>1.483</u>	<u>140</u>

Corresponde a valores recebidos antecipadamente a título de patrocínio ou doações, para execução de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, de 23 de dezembro de 1991, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura.

O saldo está depositado em conta corrente específica, na Rubrica “Caixa e equivalentes”.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

14. Receita antecipada do contrato de gestão

Descrição custo	Saldos em 31/12/2018	Repasses Recebidos	Transf.	Captação de Recursos	Receitas Financeiras	Transf. Imobilizado	Outras Mov.	Consumo	Saldos em 31/12/2019
Contrato de gestão (001/2014) (a)	3.141	9.842	(168)	3.349	408	298	(1.643)	(14.765)	462
Contrato de gestão (001/2019) (a)	-	2.395	(8)	88	10	3	105	(561)	2.032
Obrigações com o Estado - Fundo Reserva (001/2014)	3.383	-	168	-	-	-	(3.551)	-	-
Obrigações com o Estado - Fundo Reserva (001/2019)	-	-	8	-	-	-	5.022	-	5.030
Obrigações com o Estado - Ativo Imobilizado (001/2014)	406	-	-	-	-	(298)	(108)	-	-
Obrigações com o Estado - Ativo Imobilizado (001/2019)	-	-	-	-	-	(3)	131	-	128

- (a) Em 31 de dezembro de 2019, a Associação possui saldo de R\$ 2.494, registrados no passivo circulante e não circulante, a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a Entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

15. Provisão para demandas judiciais

A Associação é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo substancialmente questões tributárias e trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise de processos judiciais pendentes e nas quantias envolvidas, constituiu provisão em montante suficiente para cobrir eventuais condenações em tais processos, podendo ser assim demonstradas:

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para contingências - COFINS (a)	6.758	6.097
Provisão para contingências - Trabalhistas (b)	760	989
Provisão para contingências - ISS (c)	-	10.260
	7.518	17.346

- (a) **COFINS:** a Associação considera que todas as receitas derivadas de suas atividades são isentas da COFINS. Não obstante, no período de maio de 2010 a abril de 2011, a Administração adotou posição conservadora e recolheu a COFINS sobre as receitas decorrentes de suas atividades próprias. Diante da notícia de que, em solução de consulta formulada por outra Organização Social, o Fisco Federal não reconheceu a isenção da COFINS sobre as receitas auferidas em Contrato de Gestão, sob o fundamento de que tais receitas possuem caráter contraprestacional direto, a partir de julho de 2011 a Associação passou a provisionar o valor correspondente a eventual incidência de COFINS sobre todas as suas receitas (receitas próprias e contrato de gestão), propôs ação declaratória cumulada com repetição de indébito em face da União Federal, realizou o depósito do tributo em discussão relativo a exercícios anteriores e vem realizando depósitos judiciais sucessivos em relação às receitas posteriormente auferidas;
- (b) **Trabalhistas:** o valor de reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Associação foi atualizado com base em informações dos assessores jurídicos. A Administração constituiu provisão em montante de R\$ 760 (R\$ 989 em 2018), em face às expectativas de perdas prováveis com esses processos. Em 2014, a Associação efetuou um depósito recursal para recorrer do valor de indenização por danos morais pedidos pelo autor. Em 04 de fevereiro de 2019, o acordo foi homologado, determinando o juiz a expedição de alvará no valor de R\$ 195 à Autora. Tendo em vista incorreções nos valores levantados pela Autora, a APD apresentou petição requerendo a devolução. Em 12 de setembro de 2019, a juíza indeferiu o requerido pela APD. Na mesma oportunidade, determinou a manifestação da União em relação aos valores relativos às contribuições previdenciárias. Diante do indeferimento, em 19 setembro de 2019, foi protocolado agravo de petição. Aguarda-se manifestação da União e julgamento do agravo de petição;
- (c) **ISS:** a Associação considera que: (i) na qualidade de instituição de educação sem fins lucrativos, é imune ao ISS; (ii) o ISS não incide sobre os repasses recebidos do poder público no âmbito dos contratos de gestão; (iii) preenche os requisitos para gozar de isenção do ISS sobre as receitas de repasses recebidos do poder público no âmbito dos contratos de gestão, nos termos da Lei Municipal nº 16.127/2015. Ciente do entendimento da Prefeitura de São Paulo pela incidência do imposto sobre todas as receitas (receitas próprias e contrato de gestão) por ela auferidas, a Associação passou a provisionar o valor correspondente a eventual incidência do ISS sobre todas as suas receitas (receitas próprias e contrato de gestão), propôs ação declaratória em face do Município de São Paulo, realizou o depósito do tributo em discussão relativo a exercícios anterior (2009 a 2014) e realizou depósitos judiciais sucessivos em relação às receitas posteriormente auferidas.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Em sede de sentença, a Associação teve reconhecida a remissão ao ISS incidente até a publicação da Lei Municipal nº 16.127/2015 e a isenção ao ISS, nos termos da mesma Lei. Em sede de apelação, a Associação teve reconhecida a imunidade ao ISS, nos termos do artigo 150, VI, "c", da CF. O acórdão que reconheceu a imunidade transitou em julgado em dezembro de 2019.

CSLL: a Associação não efetuou qualquer provisionamento quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pois a Administração e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits da Associação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro.

Imunidade tributária a impostos: a Associação, em observância aos seus objetivos institucionais, desenvolve dentre suas atividades a educação e a cultura, sem fins lucrativos, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea "c" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal.

A movimentação da conta está demonstrada conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributárias	16.357	1.280	(58)	17.579
Trabalhistas	989	33	(262)	760
	<u>17.346</u>	<u>1.313</u>	<u>(320)</u>	<u>18.339</u>

16. Obrigações com o Estado (ativo imobilizado)

A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado ao Contrato de Gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação.

O ativo imobilizado adquirido pela Administração da Associação com o Contrato de Gestão será utilizado exclusivamente nos projetos incentivados:

	<u>Líquido</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Líquido</u> <u>31/12/2018</u>
Instalações	-	3
Móveis e utensílios	1	38
Maquinas, aparelhos e equipamentos	20	36
Instrumentos musicais	-	1
Condicionadores de ar	-	20
Equipamentos de informática	80	102
Cessão de uso de software	27	46
Bens Móveis - permissão de uso	-	84
	<u>128</u>	<u>406</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

17. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra organização social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em assembleia geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

18. Receitas do contrato de gestão

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contrato nº 001/2014	11.093	11.183
Recursos Operacionais Vinculados ao CG nº 001/2014	(86)	(684)
Contrato nº 001/2019	459	-
Recursos Operacionais Vinculados ao CG nº 001/2019	4	-
	<u>11.470</u>	<u>10.499</u>

19. Receitas financeiras

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	438	405
Variações monetárias	724	836
Descontos e abatimentos	4	2
	<u>1.166</u>	<u>1.243</u>

20. Receitas de atividades próprias

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas de atividades culturais e artísticas	2.162	2.163
Vendas de ingressos, bilheterias e assinaturas	223	435
Doações e patrocínios privados	61	218
Projetos Incentivados - lei de incentivo à cultura	83	680
Recuperação de despesas e reembolsos	225	35
Outras	159	30
	<u>2.913</u>	<u>3.561</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

21. Despesas com pessoal

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários e remunerações	(4.564)	(4.546)
Encargos sociais	(1.719)	(1.664)
Benefícios	(583)	(547)
Estagiários/aprendizes	(26)	(28)
Provisão de férias e encargos sobre	(773)	(719)
Provisão de 13º e encargos sobre	(587)	(552)
Outras	(54)	(62)
	<u>(8.306)</u>	<u>(8.118)</u>

22. Atividades artísticas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Coreografias	(937)	(704)
Taxas e impostos	(254)	(191)
Técnica e produção	(724)	(900)
Transportes e viagens	(1.382)	(1.177)
Figurino, cenário e iluminação	(208)	(524)
Outras	(396)	(276)
	<u>(3.901)</u>	<u>(3.772)</u>

23. Despesas administrativas e gerais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Consultorias e assessorias	(587)	(476)
Materiais de consumo	(54)	(27)
Seguros	(77)	(59)
Representação	(9)	(6)
Serviços de terceiros de estrutura e manutenção	(224)	(217)
Locação de máquinas, equipamentos e imóveis	(180)	(130)
Outras	(30)	(34)
	<u>(1.161)</u>	<u>(949)</u>

24. Despesas financeiras

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas bancárias	(13)	(14)
Variação cambial	(722)	(840)
Taxas e comissões de cartões de crédito	-	(13)
Descontos concedidos	(16)	(3)
	<u>(751)</u>	<u>(870)</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

25. Instrumentos financeiros e derivativos

Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo e contas a pagar.

Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

26. Cobertura de seguros

A Associação, com base na avaliação de risco efetuada por profissionais especializados, mediante as apólices firmadas, adota a política de contratar cobertura de seguros e riscos diversos para os bens sujeitos a riscos em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

27. Desmobilização

De acordo com a ITG 2000, as contas de compensação não são obrigatórias. As mesmas constituem o controle e registro de fatos relevantes, como direitos e obrigações que irão se materializar no futuro, e que possam modificar o patrimônio da Entidade.

No caso de desmobilização de toda a equipe da Associação, os valores provenientes do aviso prévio, multa de FGTS e encargos previdenciários, totalizariam, em 31 de dezembro de 2019, a quantia de R\$ 2.307.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA

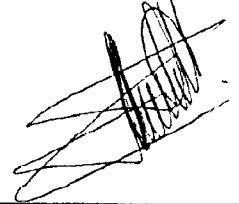
**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)**

28. Eventos subsequentes

Não ocorreram, até a presente data, eventos que pudessem alterar de maneira significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Associação.

INES VIEIRA
BOGEA:514174306
30

Assinado de forma digital por INES
VIEIRA BOGEA:51417430630
Dados: 2020.04.13 17:54:41 -03'00'



Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística
CPF 514.174.306-30

Rogério Gerlah Paganatto
CRC 1SP 131987/O-3
CPF 129.306.908-60

ROGERIO
GERLAH
PAGANATTO:129
30690860

Assinado de forma digital
por ROGERIO GERLAH
PAGANATTO:12930690860
Dados: 2020.04.13 14:00:19
-03'00'

JOSE GALBA DE
AQUINO:11983
540382

Assinado de forma
digital por JOSE GALBA
DE
AQUINO:11983540382
Dados: 2020.04.13
17:51:13 -03'00'

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Relatórios Financeiros e de Execução do Contrato de Gestão

Balancos Patrimoniais Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro 2018 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.845	3.700	Contas e títulos a pagar		63	174
Contas a receber	6	860	257	Obrigações trabalhistas e encargos sociais		5	19
Depósitos para recursos judiciais (ISS)	7	10.821	-	Provisões trabalhistas e encargos	12	538	488
Adiantamentos		184	132	Recursos de lei de incentivos fiscais	13	1.483	140
Estoques	8	123	91	Adiantamentos		379	-
Despesas antecipadas		59	66	Honorários advocatícios a pagar	7	388	-
		16.892	4.246	Receita antecipada do contrato de gestão	14	2.494	3.141
				Obrigações com o Estado (ISS recuperado contrato de gestão)	7	10.433	-
						15.783	3.962
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Depósitos para recursos judiciais	9	7.526	17.353	Provisão para demandas judiciais	15	7.518	17.346
Aplicações financeiras vinculadas	10	5.030	3.314	Receita antecipada do contrato de gestão	14	5.030	3.383
		12.556	20.667	Obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	14/16	128	406
				Outras receitas antecipadas		782	-
						13.458	21.135
Ativo permanente vinculado ao contrato de gestão							
Imobilizado líquido	11	102	360	Patrimônio líquido	17		
Intangível líquido	11	26	46	Patrimônio social		335	222
		128	406			335	222
Total do ativo		29.576	25.319	Total do passivo e patrimônio líquido		29.576	25.319

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido findos em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro 2018 (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Fundo de reserva	Fundo de contingência	Superávits líquidos/(déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	199	-	-	-	199
Superávit líquido do exercício	-	-	-	23	23
Transferência do superávit acumulado	23	-	-	(23)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	222	-	-	-	222
Superávit líquido do exercício	-	-	-	113	113
Transferência do superávit acumulado	113	-	-	(113)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	335	-	-	-	335

Notas Explicativas da Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1. Objetivos sociais: A Associação Pró Dança ("Associação"), também denominada Pró Dança, inscrita no CNPJ sob o nº 11.035.916/0001-01, fundada em 23 de junho de 2009, é uma Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e apatridária, tem por finalidades apoiar, incentivar, assistir, desenvolver, preservar e promover a cultura, a arte, a educação e a assistência social, cujo funcionamento rege-se pelo seu Estatuto Social, conforme Artigo 5º, Parágrafo Primeiro e pelas normas legais e regulamentos que lhe são aplicáveis. A Associação Pró Dança foi qualificada como Organização Social - O.S. conforme processo publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em trinta e um de outubro de 2009. **2. Contrato de Gestão:** A Associação Pró Dança (contratada) firmou novo Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014) com o Governo do Estado de São Paulo (Contratante), por meio da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), pelo período de cinco anos, a partir de 1º de dezembro de 2014, e tem por objetivo administrar, supervisionar e gerenciar a São Paulo Companhia de Dança, garantindo a preservação e divulgação do equipamento do governo (São Paulo Companhia de Dança) e suas finalidades em estreita consonância com a política da Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura (UDBL) e com diretrizes do Estado, na figura da Secretaria da Cultura. Para fomento e execução do contrato, seria repassada a importância global de R\$ 91.524. Para o exercício de 2014, a Contratante repassou a Contratada um total de R\$ 1.319. Em 09 de junho de 2015 foi firmado o 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Para fomento e execução do contrato, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 90.248. Para o exercício de 2015, a Contratante repassaria a Contratada um total previsto de R\$ 14.557. Para os demais exercícios repassaria um total de R\$ 17.021 (2016), R\$ 18.297 (2017), R\$ 19.670 (2018) e R\$ 19.383 (2019). Até o final do Exercício de 2015 a Contratante havia repassado à Contratada um total de R\$ 11.965, restando um saldo a haver de R\$ 2.592. Em 31 de dezembro de 2015 foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo Decreto nº 61.776 que trata de crédito suplementar de R\$ 500, que foi efetivado em 06 de janeiro de 2016. Em 20 de Junho de 2016 foi firmado o 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (contrato nº 001/2014), onde a Contratante se comprometeu a repassar à Contratada a importância global de R\$ 84.635, sendo que para o exercício de 2016 ficou estipulado um repasse de R\$ 13.500 e para os demais exercícios repassará os valores acima citados. No ano de 2016 o valor efetivamente recebido pela Contratada foi de R\$ 13.500. Em 13 de Fevereiro de 2017 foi firmado o 3º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014), onde a Contratante se comprometeu a repassar à Contratada a importância global de R\$ 84.635, sendo que para o exercício de 2016 ficou estipulado um repasse de R\$ 13.500 e para os demais exercícios repassará os valores acima citados. No ano de 2016 o valor efetivamente recebido pela Contratada foi de R\$ 13.500. Em 13 de Fevereiro de 2017 foi firmado o 3º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Para fomento e execução do Contrato, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 76.838. Para o Exercício de 2017, a Contratante repassaria a Contratada um total previsto de 10.500. Para os demais exercícios repassará um total de R\$ 19.670 (2018) e R\$ 19.383 (2019). No ano de 2017, a Contratante repassou a Contratada um total de R\$ 10.500. Em 05 de Julho de 2018, foi firmado o 4º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Para fomento e execução do Contrato, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 67.443. Para o Exercício de 2018, a Contratante repassaria a Contratada um total previsto de 10.275. Em 14 de Setembro de 2018, foi firmado o 5º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Foi acordado um acréscimo de R\$ 72, vindo a totalizar o montante de recursos para 2018 no valor de R\$ 10.347. Desta forma, fica acordada o repasse da importância global de R\$ 67.516. Em 31 de Outubro de 2018, foi firmado o 6º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Em face ao ofício UDBL nº 92/2018 de 01 de outubro de 2018, que comunicou o descontingenciamento de recursos no valor de R\$ 525 vindo a totalizar o montante de recursos para 2018 no valor de R\$ 10.872. Desta forma, a Secretaria da Cultura se obriga por esse contrato a repassar a Associação Pró-Dança o montante de R\$ 68.041. Em 04 de Outubro de 2019, foi firmado o 7º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato no. 001/2014), face ao cenário econômico nacional dos últimos anos, houve a necessidade de adequação das despesas com a supressão de recursos para o exercício de 2019, no montante de R\$ 9.541. Desta forma o valor a ser repassado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa para a Contratada para o exercício de 2019 será um total R\$ 9.841 e importância global de 58.499. Em 01 de dezembro de 2019 a Associação Pró Dança (contratada) firmou novo Contrato de Gestão (Contrato nº 01/2019) com o Governo do Estado de São Paulo (Contratante), por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SEC), pelo período de 5 (cinco) anos, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2019 e termino em 30 de novembro de 2024. Para fomento e execução do contrato, será repassada a importância global de R\$ 56.557. Este valor poderá ser alterado, com o consequente ajuste nas metas convencionadas, por meio de termo aditivo, em razão a disponibilidade orçamentária do Estado ou de comum acordo entre as Partes. Para o exercício de 2019 o valor será proveniente da transferência de Saldo da Conta Fundo de Reserva do CG 001/2014 no montante de R\$ 875 (Parcela Única). Também através de transferência de R\$ 52 deste mesmo Fundo de Reserva e CG 001/2014 será a composição do fundo de reserva previsto na clausula 7ª, parágrafo sétimo, alínea b do Contrato CG 001/2019. Em 27 de dezembro de 2019, foi firmado o 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2019) onde foi acordado um acréscimo de R\$ 2.395 vindo a totalizar o montante de recursos para 2019 o valor de R\$ 3.269. Desta forma, fica acordada o repasse da importância global de R\$ 58.952. Em 31 de dezembro de 2019, a Associação possui saldo de R\$ 2.494 (R\$ 3.141 em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$ 462 referente Contrato nº 001/2014 e R\$ 2.032 referente Contrato nº 001/2019, registrados no passivo circulante, a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação. **3. Apresentação das demonstrações contábeis: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, substanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade Sem finalidade de Lucros, combinada com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade da manutenção do contrato de gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva dia 04 de Fevereiro de 2020, apreciada por esta auditoria independente e será submetida ao Conselho de Administração. **b. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídos na Nota Explicativa nº 15 - Provisão para demandas judiciais. **4. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **a. Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros não derivativos:** A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas e outros créditos. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar. A Associação não transaciona com empréstimos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Associação são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. **b. Apuração do superávit/(déficit):** Os recursos provenientes do contrato de gestão são reconhecidos como receitas observando o regime de competência. A receita decorrente de doações e patrocínios a projetos culturais aprovados de acordo com a Lei Rouanet, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto. As receitas de atividades próprias (serviços prestados) são reconhecidas no resultado em função da sua realização. As receitas relativas às doações ou contribuições voluntárias são registradas quando do recebimento financeiro ou físico, momento em que são consideradas realizadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As despesas e as demais receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **c. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Associação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor da provisão para créditos duvidosos foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. **d. Adiantamentos:** Refere-se a créditos com funcionários provenientes de valores de folha de pagamento cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte. **e. Estoques:** Os estoques constantes do balanço referem-se a livros produzidos pela Associação, que estão avaliados pelo custo de aquisição, e não superam os preços de mercado. **f. Despesas antecipadas:** Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (vale transporte e vale alimentação/refeição) a serem distribuídos aos colaboradores, bem como pagamento de prêmios de seguros e outras despesas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte, e estão representados pelo seu valor nominal. **g. Depósitos judiciais:** Refere-se a depósitos que visam suspender a exigibilidade de ações judiciais trabalhistas e ações da COFINS e do ISS, incidentes sobre as receitas próprias e as receitas decorrentes do contrato de gestão, e estão vinculados às obrigações no passivo não circulante. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **h. Aplicações financeiras vinculadas:** Os saldos de aplicações financeiras vinculadas a reservas de capital estão classificados no ativo não circulante e estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço. **i. Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **k. Gratuidade - serviços voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são men-

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)			
Receitas operacionais	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Receitas do contrato de gestão		18	11.470
Receitas financeiras		19	1.166
Receitas de atividades próprias		20	2.913
Gratuidade - serviços voluntários			20
Receitas de atividades mercantis			11
		31	10
		15.599	15.324
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		21	(8.306)
Atividades artísticas		22	(3.901)
Divulgação e comunicação			(220)
Despesas administrativas e gerais		23	(1.161)
Gratuidade - serviços voluntários			(20)
Manutenção e operação predial			(113)
Impostos, taxas e contribuições			(622)
Despesas financeiras		24	(751)
Depreciações e amortizações			(330)
Custos de atividades mercantis			(39)
Baixa de imobilizado			(23)
		(15.486)	(15.302)
Recuperação ISS - processo de imunidade		7	10.821
(-) Honorários advocatícios		7	(388)
(-) ISS recuperado transferido para o contrato de gestão		7	(10.433)
		-	-
		113	23

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Superávit líquido do exercício	113	23
Total do resultado abrangente	113	23

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Superávit líquido do exercício	113	23
Itens que não afetam o caixa		
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(27)	11
Depreciações e amortizações	331	348
Provisão para demandas judiciais	(9.828)	1.328
Baixa de imobilizado	23	-
Superávit líquido do exercício ajustado	(9.389)	1.709
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Varição nas contas patrimoniais		
Diminuição de contas a receber	(576)	(147)
Diminuição de depósitos para recursos judiciais (ISS)	(10.821)	-
Diminuição de adiantamentos - ativo (Diminuição) / Aumento de estoques	(52)	(95)
Aumento de despesas antecipadas	(31)	4
Diminuição de depósitos para recursos judiciais	6	76
Diminuição de aplicações financeiras vinculadas	9.827	(1.327)
Diminuição (Diminuição) / Aumento de contas e títulos a pagar (Diminuição) / Aumento de obrigações trabalhistas e encargos	(1.716)	(215)
Aumento de provisões trabalhistas e encargos	(111)	68
Aumento de recursos de lei de incentivos fiscais	(13)	15
Aumento de provisões trabalhistas e encargos	50	176
Aumento de recursos de lei de incentivos fiscais	1.343	21
Aumento/(diminuição) de adiantamentos - passivo	379	(10)
Aumento de honorários advocatícios a pagar	388	-
Aumento de receita antecipada do contrato de gestão	1.000	634
Aumento de obrigações com o Estado (ISS recuperado contrato de gestão)	10.433	-
(Diminuição) de obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	(278)	(279)
Aumento de outras receitas antecipadas	782	-
	10.610	(1.081)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	1.222	628
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(77)	(68)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	(77)	(68)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.145	560
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.700	3.140
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.845	3.700
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.145	560

suradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade a partir do exercício social de 2015, passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Até 31 de dezembro de 2019, a Entidade reconheceu o montante de R\$ 20 mil de receita com trabalho voluntário. **I. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17. **m. Demonstração do fluxo de caixa:** A Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2019	31/12/2018
Recursos Próprios		
Bancos conta movimento (a)	334	223
	334	223
Contrato de Gestão nº 001/2014		
Caixa	50	5
Bancos conta movimento (a)	424	2.157
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	137	1.175
	611	3.337
Contrato de Gestão nº 001/2019		
Bancos conta movimento (a)	1.926	-
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	491	-
	2.417	-
Leis de Incentivos Fiscais		
Bancos conta movimento (a)	886	51
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	597	89
	1.483	140
	4.845	3.700

(a) Os Saldos "Bancos conta movimento" são representados, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha (Banco do Brasil e Banco Itaú S/A). (b) As aplicações referem-se a cotas de fundo de investimentos principal referenciado DI e classificado como caixa e equivalentes de caixa por possuir liquidez imediata e pelo fato de a Administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com a necessidade de caixa da Associação. O fundo acompanha as variações diárias da taxa de juros do CDI ou da taxa SELIC, mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimentos. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras da Associação não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais.

Composição das aplicações financeiras:

	31/12/2019	31/12/2018
Contrato de Gestão nº 001/2014		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	137	1.175
Contrato de Gestão nº 001/2019		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	491	-
Lei de incentivo Fiscal		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	597	89
	1.225	1.264

Continua....

Continuação...

	31/12/2019	31/12/2018
6. Contas a receber:		
Clientes - apresentações	860	64
Clientes - bilheterias e assinaturas	-	100
Outros	-	120
(-) PECLD	(27)	(27)
	860	257
A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no período encerrado em 31/12/2019 está demonstrada a seguir:	R\$	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(27)	
Baixas	27	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		
7. Depósitos para recursos judiciais (ISS):	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos Judiciais - ISS a Recuperar	10.821	-
	10.821	

Refere-se aos depósitos judiciais do ISS sobre as receitas auferidas que estavam sendo discutido judicialmente, e com sentença favorável a Associação. Embora tenha ocorrido o trânsito em julgado em dezembro de 2019, a liberação dos valores em depósito judicial, R\$ 10.821 ainda depende de despacho do juízo de primeiro grau. Além disso, a Associação destinará parte do valor aos honorários de êxito devido aos advogados R\$ 388. O reflexo desses lançamentos se dá nas obrigações com o Estado relacionadas ao ISS recuperado do contrato de gestão, R\$ 10.433, após, sem efeito, os valores transitarem pelo resultado do exercício. A destinação deste valor é um tema que vem sendo discutido com o Conselho de Administração e com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. O Conselho de Administração estuda destinar estes valores para a constituição de fundo de capital em benefício da SPCD ou para a construção, reforma ou adaptação de teatro para a Companhia. Convém que, antes de se baixar a provisão, a proposta de destinação destes valores seja apresentada à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

	31/12/2019	31/12/2018
8. Estoques:		
Livros	107	69
Sapatilhas	-	22
Estoque em poder de terceiros	91	91
(-) Perda estimada com estoque de baixo giro	(75)	(91)
	123	91
9. Depósitos para recursos judiciais:	31/12/2019	31/12/2018
Depósito judicial - COFINS	6.758	6.097
Depósito judicial - ISS	-	10.259
Depósito judicial - Trabalhista	768	997
	7.526	17.353

O montante atualizado de R\$ 7.526, em 31 de dezembro de 2019 suporta as provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 15), em caso de decisão judicial desfavorável à Associação.

	31/12/2019	31/12/2018
10. Aplicações financeiras vinculadas:		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (i)	774	1.093
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (ii)	4.256	2.221
	5.030	3.314

(i) Fundo de Reserva: constituído como exigência do Contrato de Gestão nº 001/2019, de acordo com o Parágrafo Sétimo, item (b) da Cláusula Sétima do primeiro termo de aditamento assinado em 27/12/2019, equivalente a 6% dos valores a serem repassados no primeiro ano de contrato no valor de R\$ 12.895; (ii) Fundo de Contingência: como exigência do Contrato de Gestão nº 001/2019, de acordo com o Parágrafo Sétimo, da Cláusula Sétima, item (c) do primeiro termo de aditamento bem como em atenção ao disposto no artigo 1º do Decreto nº 54.340, de 15 de maio de 2009, o fundo será composto de 2,84% do valor global repassado pela contratante, o que corresponde a R\$ 1.673. Os valores depositados no Fundo de Reserva só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança na hipótese de atrasos dos repasses por parte da SEC, condicionado à aprovação do Conselho da Administração, conforme Parágrafo Sétimo da Cláusula Sétima, letra (b). Os valores depositados no Fundo de Contingência só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança por deliberação de ¾ dos seus membros, e do Secretário da Cultura e Economia Criativa. No final do contrato, eventual saldo financeiro remanescente na conta de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção com que foi constituído. Os recursos vinculados, registrados na rubrica de aplicações financeiras vinculadas, ativo não circulante, possuem como contrapartida a Rubrica Contábil "Receita antecipada do contrato de gestão", no passivo não circulante.

11. Imobilizado e intangível líquidos: a) Composição:

	Depreciação Acumulada		Líquido	
	Custo	31/12/19	31/12/19	31/12/18
Instalações	15	(15)	-	3
Móveis e utensílios	214	(213)	1	38
Maquinarias, aparelhos e equipamentos	556	(536)	20	112
Instrumentos musicais	1	(1)	-	1
Condicionadores de ar	108	(108)	-	20
Equipamentos de informática	331	(251)	80	102
Cessão de uso de software	153	(126)	27	46
Bens móveis	456	(456)	-	84
	1.834	(1.706)	128	406

b) Movimentação:	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Instalações	15	-	-	15
Móveis e utensílios	212	2	-	214
Maquinarias, aparelhos e equipamentos	552	10	(6)	556
Instrumentos musicais	1	-	-	1
Condicionadores de ar	108	-	-	108
Equipamentos de informática	297	57	(23)	331
Cessão de uso de software	145	8	-	153
Bens móveis	456	-	-	456
	1.786	77	(29)	1.834
Depreciações e amortizações	(1.380)	(331)	6	(1.706)
	406	(255)	(23)	128

12. Provisões trabalhistas e encargos:	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para férias	395	359
Encargos sociais sobre provisões de férias	143	129
	538	488

13. Recursos de lei de incentivos fiscais:	31/12/2019	31/12/2018
Projeto		
PRONAC 163595 - Lago dos Cisnes	-	89
PRONAC 184819 - Plano Bi-Anual	1.483	51
	1.483	140

Corresponde a valores recebidos antecipadamente a título de patrocínio ou doações, para execução de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, de 23 de dezembro de 1991,

que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura. O saldo está depositado em conta corrente específica, na rubrica caixa e equivalentes.

14. Receita antecipada do contrato de gestão

Descrição custo	Saldos em		Repasses	Transfe- rencias	Captação de Recursos	Receitas Financeiras	Trans- ferencias Movimen- tações	Outras	Con- sumo	Saldos em
	31/12/18	Recebidos								
Contrato de gestão (001/2014) (a)	3.141	9.842	(168)	3.349	408	298	(1.643)	(14.765)	-	462
Contrato de gestão (001/2019) (a)	-	2.395	(8)	88	10	3	105	(561)	-	2.032
Obrigações com o Estado - Fundo Reserva (001/2014) 3.383	-	-	168	-	-	-	(3.551)	-	-	-
Obrigações com o Estado - Fundo Reserva (001/2019) -	-	-	8	-	-	-	5.022	-	-	5.030
Obrigações com o Estado - Ativo Imobilizado (001/2014) 406	-	-	-	-	-	(298)	(108)	-	-	-
Obrigações com o Estado - Ativo Imobilizado (001/2019) -	-	-	-	-	-	(3)	131	-	-	128
(a) Em 31 de dezembro de 2019 a Associação possui saldo de R\$ 2.494, registrados no passivo circulante e não circulante, a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação.										
15. Provisão para demandas judiciais:										
Provisão para contingências - COFINS (a)	6.758	6.097	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências - Trabalhistas (b)	760	989	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências - ISS (c)	-	10.260	-	-	-	-	-	-	-	-
	7.518	17.346								

a) COFINS: a Associação considera que todas as receitas derivadas de suas atividades são isentas da COFINS. Não obstante, no período de maio de 2010 a abril de 2011 a Administração adotou posição conservadora e recolheu a COFINS sobre as receitas decorrentes de suas atividades próprias. Diante da notícia de que, em solução de consulta formulada por outra Organização Social, o Fisco Federal não reconheceu a isenção da COFINS sobre as receitas auferidas em Contrato de Gestão, sob o fundamento de que tais receitas possuem caráter contraprestacional direto, a partir de julho de 2011 a Associação passou a provisionar o valor correspondente a eventual incidência de COFINS sobre todas as suas receitas (receitas próprias e contrato de gestão), propôs ação declaratória cumulada com repetição de indébito em face da União Federal, realizou o depósito do tributo em discussão relativo a exercícios anteriores e vem realizando depósitos judiciais sucessivos em relação às receitas posteriormente auferidas; **b) Trabalhistas:** o valor de reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Associação foi atualizado com base em informações dos assessores jurídicos. A Administração constituiu provisão em montante de R\$ 760 (R\$ 989 em 2018), em face às expectativas de perdas prováveis com esses processos. Em 2014 a Associação efetuou um depósito recursal para recorrer do valor de indenização por danos morais pedidos pelo autor. Em 04/02/2019 o acordo foi homologado, determinando o juiz a expedição de alvará no valor de R\$ 195 à Autora. Tendo em vista incorreções nos valores levantados pela Autora, a APD apresentou petição requerendo a devolução. Em 12/09/2019 a juíza indeferiu o requerido pela APD. Na mesma oportunidade, determinou a manifestação da União em relação aos valores relativos às contribuições previdenciárias. Diante do indeferimento, em 19/09/2019 foi protocolado agravo de petição. Aguarda-se manifestação da União e julgamento do agravo de petição; **c) ISS:** a Associação considera que (i) na qualidade de instituição de educação sem fins lucrativos, é imune ao ISS; (ii) o ISS não incide sobre os repasses recebidos do poder público no âmbito dos contratos de gestão; e (iii) preenche os requisitos para gozar de isenção do ISS sobre as receitas de repasses recebidos do poder público no âmbito dos contratos de gestão, nos termos da Lei Municipal 16.127/2015. Ciente do entendimento da Prefeitura de São Paulo pela incidência do imposto sobre todas as receitas (receitas próprias e contrato de gestão) por ela auferidas, a Associação passou a provisionar o valor correspondente a eventual incidência do ISS sobre todas as suas receitas (receitas próprias e contrato de gestão), propôs ação declaratória em face do Município de São Paulo, realizou o depósito do tributo em discussão relativo a exercícios anterior (2009 a 2014) e realizou depósitos judiciais sucessivos em relação às receitas posteriormente auferidas. Em sede de sentença, a Associação teve reconhecida a remissão ao ISS incidente até a publicação da Lei Municipal 16.127/2015 e a isenção ao ISS, nos termos da mesma Lei. Em sede de apelação, a Associação teve reconhecida a imunidade ao ISS, nos termos do art. 150, VI, "c", da CF. O acórdão que reconheceu a imunidade transitou em julgado em dezembro de 2019. **CSLL:** a Associação não efetuou qualquer provisionamento quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pois a Administração e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits da Associação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro. **Imunidade tributária a impostos:** a Associação em observância aos seus objetivos institucionais desenvolve dentre suas atividades a educação e a cultura, sem fins lucrativos, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea "c" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal.

A movimentação da conta está demonstrada conforme segue:

	31/12/2018	Adição	Baixas	31/12/2019
Tributárias	16.357	1.280	(58)	17.579
Trabalhistas	989	33	(262)	760
	17.346	1.313	(320)	18.339

16. Obrigações com o Estado (ativo imobilizado):	31/12/2018	Adição	Baixas	31/12/2019
Instalações	-	-	-	3
Móveis e utensílios	-	-	-	38
Maquinarias, Aparelhos e Equipamentos	20	-	-	36
Instrumentos Musicais	-	-	-	1
Condicionadores de ar	-	-	-	20
Equipamentos de informática	80	-	-	102
Cessão de uso de software	27	-	-	46
Bens Móveis - permissão de uso	-	-	-	84
	128			406

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O conselho de administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção re-

	31/12/2019	31/12/2018
17. Patrimônio líquido:		
Contrato nº 001/2014	11.093	11.183
Recursos Operacionais Vinculados ao CG nº 001/2014	(86)	(684)
Contrato nº 001/2019	459	-
Recursos Operacionais Vinculados ao CG nº 001/2019	4	-
	11.470	10.499
19. Receitas financeiras:	31/12/2019	31/12/2018
Rendimentos de aplicações financeiras	438	405
Variações monetárias	724	836
Descontos e abatimentos	4	2
	1.166	1.243
20. Receitas de atividades próprias:	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de atividades culturais e artísticas	2.162	2.163
Vendas de ingressos, bilheterias e assinaturas	223	435
Doações e patrocínios privados	61	218
Projetos Incentivados - lei de incentivo à cultura	83	680
Recuperação de despesas e reembolsos	225	35
Outras	159	30
	2.913	3.561
21. Despesas com pessoal:	31/12/2019	31/12/2018
Salários e remunerações	(4.564)	(4.546)
Encargos sociais	(1.719)	(1.664)
Benefícios	(583)	(547)
Estagiários/aprendizes	(26)	(28)
Provisão de férias e encargos sobre	(773)	(719)
Provisão de 13º e encargos sobre	(587)	(552)
Outras	(54)	(62)
	(8.306)	(8.118)
22. Atividades artísticas:	31/12/2019	31/12/2018
Coreografias	(937)	(704)
Taxas e impostos	(254)	(191)
Técnica e produção	(724)	(900)
Transportes e viagens	(1.382)	(1.177)
Figurino, cenário e iluminação	(208)	(524)
Outras	(396)	(276)
	(3.901)	(3.772)
23. Despesas administrativas e gerais:	31/12/2019	31/12/2018
Consultorias e assessorias	(587)	(476)
Materiais de consumo	(54)	(27)
Seguros	(77)	(59)
Representação	(9)	(6)
Serviços de terceiros de estrutura e manutenção	(224)	(217)
Locação de máquinas, equipamentos e imóveis	(180)	(130)
Outras	(30)	(34)
	(1.161)	(949)
24. Despesas financeiras:	31/12/2019	31/12/2018
Despesas bancárias	(13)	(14)
Variação cambial	(722)	(840)
Taxas e comissões de cartões de crédito	-	(13)
Descontos concedidos	(16)	(3)
	(751)	(870)

levante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 04 de fevereiro de 2020.

18. Receitas do contrato de gestão:

	31/12/2019	31/12/2018
Contrato nº 001/2014	11.093	11.183
Recursos Operacionais Vinculados ao CG nº 001/2014	(86)	(684)
Contrato nº 001/2019	459	-
Recursos Operacionais Vinculados ao CG nº 001/2019	4	-
	11.470	10.499

19. Receitas financeiras:	31/12/2019	31/12/2018
Rendimentos de aplicações financeiras	438	405
Variações monetárias	724	836
Descontos e abatimentos	4	2
	1.166	1.243

20. Receitas de atividades próprias:	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de atividades culturais e artísticas	2.162	2.163
Vendas de ingressos, bilheterias e assinaturas	223	435
Doações e patrocínios privados	61	218
Projetos Incentivados - lei de incentivo à cultura	83	680
Recuperação de despesas e reembolsos	225	35
Outras	159	30
	2.913	3.561

21. Despesas com pessoal:	31/12/2019	31/12/2018
Salários e remunerações	(4.564)	(4.546)
Encargos sociais	(1.719)	(1.664)
Benefícios	(583)	(547)
Estagiários/aprendizes	(26)	(28)
Provisão de férias e encargos sobre	(773)	(719)

SÃO PAULO COMPANHIA DE DANÇA ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA - ANO 2019 (janeiro a novembro) CG 01/2014		
RESUMO DO PLANO DE TRABALHO METAS PACTUADAS		
Metas-Produto	Previsto 2019	Realizado 2019 (data base: 30/11/2019)
1. Novas obras para repertório - número de obras criadas	3	3
2. Manutenção de obras do repertório da SPCD - número de obras mantidas	14	14
3. Apresentação de espetáculos em São Paulo/SP - quantidade de espetáculos	16	16
4. Apresentação de espetáculos no Interior/Litoral do Estado de São Paulo - quantidade de cidades	4	4
5. Apresentação de espetáculos no Interior/Litoral do Estado de São Paulo - quantidade de espetáculos	7	7
6. Apresentação de espetáculos dirigidos a estudantes e terceira idade - quantidade de espetáculos	4	4
7. Oficinas de Dança - quantidade de oficinas	7	7
8. Palestras de Dança - quantidade de palestras	6	6
9. Novos verbetes no Dança em Rede - nº de verbetes	25	26
Metas-Resultado	Previsto 2019	Realizado 2019 (data base: 30/11/2019)
1. Número de espectadores das apresentações de espetáculos em São Paulo/SP	5.600	8.560
2. Número de espectadores das apresentações de espetáculos no Interior/Litoral do Estado de São Paulo	2.450	2.500
3. Quantidade de público dos espetáculos dirigidos a estudantes e terceira idade	1.400	1.735
4. Número de participantes nas oficinas de dança	175	224
5. Número de participantes nas palestras de dança	390	608
6. Recursos Captados - Mínimo de 4,9% do valor repassado no ano	R\$ 482.240,85	R\$ 503.595,39
7. Percentual de satisfação do público com as atividades educativas	> ou = 75%	100%
8. Percentual de satisfação do público com os espetáculos	> ou = 75%	100%
RESUMO DO PLANO DE TRABALHO - METAS CONDICIONADAS		
Metas Condicionadas	Realizado 2019 (data base: 30/11/2019)	
1. Novas obras para seu repertório - número de obras criadas	2	
2. Manutenção de obras do repertório da SPCD - número de obras mantidas	7	
3. Ateliê de Coreógrafos Brasileiros - Quantidades de obras criadas	1	
4. Apresentação de espetáculos em São Paulo/SP - quantidade de espetáculos	12	
5. Apresentação de espetáculos no Interior/Litoral do Estado de São Paulo - Quantidades de cidades	6	
6. Apresentação de espetáculos no Interior/Litoral do Estado de São Paulo - Quantidades de espetáculos	9	
7. Apresentações em outros Estados do País - Quantidades de cidades	1	
8. Apresentações em outros Estados do País - Quantidades de espetáculos	1	
9. Turnês internacionais - Quantidades de turnês	3	
10. Turnês internacionais - Quantidades de cidades	7	
11. Turnês internacionais - Quantidades de espetáculos	13	
12. Instalação e/ou performance/apresentação em museu ou outros espaços - nº Instalações/Performances	2	
13. Apresentação de espetáculos dirigidos a estudantes e terceira idade - Quantidades de espetáculos	8	
14. Oficinas de dança - nº de oficinas	6	
15. Palestras de dança - nº de palestras	19	
16. Intercâmbio com projetos sociais - nº de organizações intercambiadas	2	
17. Visitas a hospitais, abrigos, creches, instituições de assistência a pessoas com deficiência - nº de visitas	15	
18. Aulas abertas na SPCD - número de aulas	6	
19. Documentário Figuras da Dança - nº de documentários criados	1	
20. Documentário Figuras da Dança - nº de DVDs reproduzidos	1.000	
21. Novos Verbetes no Dança em Rede - nº de verbetes	125	
22. Filmagem das novas obras da Companhia e do Ateliê de Coreógrafos Brasileiros - nº de filmagens	5	
23. Documentário de Dança e DVD das obras da SPCD - nº de filmes criados	4	
24. Exposição de Dança - nº de exposições	2	
PÚBLICO ATINGIDO NAS METAS PACTUADAS:	13.627	
PÚBLICO ATINGIDO NAS METAS CONDICIONADAS:	38.381	
QUADRO DE METAS TÉCNICAS DA SÃO PAULO COMPANHIA DE DANÇA ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA - ANO 2019 (dezembro) CG 01/2019		
RESUMO DO PLANO DE TRABALHO METAS CONDICIONADAS		
Metas Condicionadas	Realizado Dezembro/2019	
1. Turnês internacionais - Quantidades de turnês	1	
2. Turnês internacionais - Quantidades de cidades	3	
3. Turnês internacionais - Quantidades de espetáculos	7	
4. Ações/Visitas a instituições de saúde e/ou assistenciais - nº de ações/visitas	2	
PÚBLICO ATINGIDO NAS METAS CONDICIONADAS:	7.311	
Conselho Fiscal		
Os membros do Conselho Fiscal examinaram as contas e balanço da Associação Pró-Dança, referentes ao exercício encerrado em 31/12/19, e decidiram apresentá-los ao Conselho de Administração opinando pela sua aprovação.		
Hélio Nogueira da Cruz (Presidente)	Iside Maria Labate Maiolini Mesquita	José Carlos de Souza Santos
		Adelino Dias Pinho (suplente)
Conselho Administrativo		
Ricardo Uchoa Alves Lima (Presidente)	Ana Grisanti de Moura	Daniel Alberto Reça
Paula Theophilo de Saboia (Vice-Presidente)	Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Avila	Danilo Santos de Miranda
	Andrea Sandro Calabi	Eduardo Saron Nunes
	Celso Miotto Curi	
		Elisa Marsiaj Gomes
		Flávia Regina de Souza Oliveira
		José de Oliveira Costa
		Leontina Gioconda Bordon
		Leticia Forattini Martins
		Luciano Saad Cury
		Tereza Rachel Coser
Inês Vieira Bogéa - Diretora Executiva e Artística CPF 514.174.306-30.		Rogério Gerlah Paganatto - Contador CRC 1SP 131987/O-3 / CPF 129.306.908-60.

DO.online acesso gratuito

As publicações dos atos oficiais desde 1891

- Pesquise gratuitamente no **portal da IMESP**
- Baixe o app **do|sp** para tablets e smartphones



Prêmio **MARIO COVAS** 2008
DO.online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.



www.imprensaoficial.com.br
 Google Play <https://goo.gl/zaFqGs>
 App Store (Apple) <https://goo.gl/iCPWvR>



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO